

LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA COMO MECANISMOS GERADORES DE CISMOGÊNESE POLÍTICO-IDEOLÓGICA: O USO DA GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS PARA A DOMINAÇÃO TOTALITÁRIA – COMO A ESTRUTURA PROGRAMÁTICA USADA PELOS MOVIMENTOS TOTALITÁRIOS DO SÉCULO XX TEM INFLUENCIADO O IDENTITARISMO RADICAL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

LINGUISTICS AND SEMIOTICS AS MECHANISMS THAT GENERATE POLITICAL-IDEOLOGICAL SCHISMOGENESIS: THE USE OF THE WAR OF ALL AGAINST ALL FOR TOTALITARIAN DOMINATION - HOW THE PROGRAMMATIC STRUCTURE USED BY THE TOTALITARIAN MOVEMENTS OF THE 20TH CENTURY HAS INFLUENCED THE RADICAL IDENTITARIANISM OF THE EARLY 21ST CENTURY

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.006-006>

Sonir José Boaskevis

Graduando - Bacharelado em Sociologia

Universidade de Brasília - UnB

E-mail: prof.boaskevicz@gmail.com

RESUMO

O uso da retórica como instrumento de convencimento e dominação é uma das práticas mais usadas ao longo de toda a História. Sua prática é retratada e denunciada por Sócrates, Aristóteles e *Isócrates*¹ contra os *sofistas*². Durante todo este período, as táticas de levar ouvintes, leitores e espectadores a concordar e seguir determinadas ideias ou mesmo induzir este público a agir de uma determinada maneira, mudaram de acordo com as condições do ambiente sem, no entanto, perder suas essências estruturais básicas. Tomando como recorte analítico os Séculos XX e XXI, é possível afirmar que surgiram diversos movimentos explorando a luta de todos contra todos como tática para atingir o poder máximo sobre um ou mais grupos sociais. Do bolchevismo soviético aos movimentos identitários radicais, passando pelo nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini, táticas de distensão do tecido social, onde “o outro” é sempre retratado a partir da ótica da diferença irreconciliável, do *apartheid* simbólico, da fronteira ontológica, a cismogênese foi usada para acentuar – mesmo que artificialmente – as diferenças e, desta maneira, destruir o equilíbrio entre as diferenças e qualquer construção de possíveis contratos sociais. Nesta aposta pelo conflito, grupos sociais foram criminalizados ou mesmo dizimados pelos agentes que prometiam a construção de um novo mundo, uma espécie de era dourada para “os escolhidos”. Não obstante, o resultado final destes eventos pode ser condensado em características comuns: fortalecimento do Estado como o único mediador social;

¹ “*Isócrates tece suas críticas aos sofistas erísticos (§1-8), i.e., professores de argumentação dialética em vista unicamente da vitória em um debate. O autor alega que o que prometem é mentiroso, hiperbólico e imoral, pois pretensamente ensinam aos discípulos saberes grandiosos, como a previsão do futuro, a felicidade e a justiça, ao mesmo tempo em que não se envergonham de cobrar ínfimos valores por tais ensinamentos. Esses sofistas estranhamente não confiam em seus alunos (ironia isocrática), apesar de supostamente ensinarem virtudes morais tão elevadas. Segundo Isócrates, portanto, não passam de impostores, pois suas palavras não são mais que ‘tagarelice e conversa fiada’ (ἀδολεσχία καὶ μικρολογία - §8).*” (LACERDA, 2018, p. 69)

² “*Os sofistas são professores que vão de cidade em cidade procurando audiência e que, por um preço conveniente, ensinam os jovens atenienses abastados a se destacar, através de lições de ostentação e de vários cursos e métodos cujo objetivo é tornar vencedora uma determinada tese que eles querem que seja aceita.*

A verdade, assim, é substituída pela busca do sucesso e funda-se na arte de convencer, de persuadir e de seduzir.

Enfim, os sofistas buscam conquistar fama e riqueza no mundo e tornaram-se mestres de eloquência e retórica, ensinando aos homens ávidos pelo poder político a maneira de consegui-lo, pela via do convencimento.” (VIDAL DE SOUZA, 2009, pp. 14 d 15)



surgimento de uma casta burocrática corrupta e totalitária; o sequestro de autonomias individuais, e; o naufrágio do concerto social.

Palavras-chave: Cismogênese; Totalitarismo; Retórica; Propaganda ideológica; Nazismo; Fascismo; Bolchevismo; Identitarismo radical.

ABSTRACT

The use of rhetoric as an instrument of persuasion and domination is one of the most used practices throughout history. Its practice is portrayed and denounced by Socrates, Aristotle and *Isocrates*³ against the *Sophists*⁴. Throughout this period, the tactics of getting listeners, readers and viewers to agree and follow certain ideas or even induce this audience to act in a certain way, changed according to the conditions of the environment without, however, losing their basic structural essences. Taking the twentieth and twenty-first centuries as an analytical approach, it is possible to affirm that several movements have emerged exploiting the struggle of all against all as a tactic to achieve maximum power over one or more social groups. From Soviet Bolshevism to radical identity movements, through Hitler's Nazism and Mussolini's fascism, tactics of distension of the social fabric, where "*the other*" is always seen from the perspective of irreconcilable difference, symbolic *apartheid*, the ontological frontier, schismogenesis was used to accentuate – even if artificially – differences and, in this way, destroy the balance between differences and any construction of possible social contracts. In this bet for conflict, social groups were criminalized or even decimated by the agents who promised the construction of a new world, a kind of golden age for "*the chosen ones*". Nevertheless, the final result of these events can be condensed into common characteristics: strengthening of the State as the sole social mediator; emergence of a corrupt and totalitarian bureaucratic caste; the kidnapping of individual autonomies, and; the shipwreck of the social concert.

Keywords: Schismogenesis; Totalitarianism; Rhetoric; Ideological propaganda; Nazism; Fascism; Bolshevism; Radical identitarianism.

³ "Isocrates weaves his criticisms of the eristic sophists (§1-8), i.e., teachers of dialectical argumentation with a view solely to victory in a debate. The author claims that what they promise is a lie, hyperbolic and immoral, because they allegedly teach the disciples grandiose knowledge, such as the prediction of the future, happiness and justice, while not being ashamed to charge negligible amounts for such teachings. These sophists strangely distrust their students (isocratic irony), despite supposedly teaching such high moral virtues. According to Isocrates, therefore, they are nothing but impostors, for their words are nothing but 'gossip and idle talk' (ἄδολεσχία καὶ μικρολογία - §8)." (LACERDA, 2018, p. 69)

⁴ "The Sophists are teachers who go from city to city in search of an audience, and who, for a convenient price, teach the well-to-do young Athenians to excel, by lessons in ostentation and by various courses and methods whose object is to make a certain thesis which they want to be accepted to win.

Truth, therefore, is replaced by the search for success and is based on the art of convincing, persuading and seducing.

Finally, the Sophists seek to achieve fame and wealth in the world and have become masters of eloquence and rhetoric, teaching men eager for political power how to achieve it, by way of persuasion." (VIDAL DE SOUZA, 2009, pp. 14 d 15)

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Contrato Social, embora difuso e dependente da interpretação de cada um dos autores que abordam o tema, tem um princípio norteador: um concerto plural, onde os indivíduos abrem mão de desejos particulares em favor de um equilíbrio social mais amplo, duradouro e produtivo. Embora o Contrato Social seja uma forma alegórica de descrever eventos reais, sua função central é explicar como as sociedades são formadas através de um consenso generalista em torno da construção do tecido social, sua moralidade, regras e instituições.

Para Thomas Hobbes, por exemplo, o Contrato Social diz respeito aos freios que um grupo social dá ao caráter destrutivo que os indivíduos carregam em seu *estado de natureza*⁵, garantindo sua autopreservação. Em suma, Hobbes tenta explicar que o Contrato Social emerge do reconhecimento geral de que é necessário que os indivíduos abram mão de seu poder destrutivo e o entreguem nas mãos do Estado, fiel depositário do monopólio sobre a legislação, a fiscalização, o julgamento e do uso da força sobre quem afrontar o equilíbrio almejado pela coletividade.

Em caminho diverso, Jean Jacque Rousseau partirá da premissa de que os homens são bons por natureza e que a sociedade os corrompe, sendo necessário um Contrato Social, estabelecido através de um Estado ativo, capaz de tanto refrear vícios coletivos difusos quanto exaltar as virtudes individuais através de *leis*⁶, legítimas ordenadoras da relação entre as pessoas. Os legisladores seriam, portanto, uma espécie de *vanguarda moral e intelectual*⁷ capaz de formular um código legal, justo e equilibrado, delimitador das fronteiras entre aquilo que seria bom ou não para todos.

Embora os autores discordem entre si sobre as tendências da natureza humana e como o Contrato Social surge, ambos convergem a algumas conclusões: 1) o Estado é a melhor resposta ao estado de natureza; 2) cabe a um indivíduo (*Soberano*) ou um grupo restrito (*Legisladores*) o poder de ordenar as regras que nortearão os rumos e os comportamentos de todos os demais, e; 3) aqueles que fogem às regras

⁵ “De acordo com Hobbes, o estado de natureza é o estado de guerra de todos contra todos. Um ambiente onde não há juízes ou leis jurídicas a serem seguidas; uma situação onde todas as pessoas correm grande perigo de morte e vivem com medo constante, sem quaisquer garantias de preservação de suas vidas ou posses” (LUCATE, 2015, p. 45)

⁶ “A constituição do homem é obra da Natureza; a do Estado é obra da arte. Não depende dos homens a prolongação de sua vida; mas depende deles prolongar a do Estado tanto quanto possível, dando-lhe a melhor constituição que possa existir. O melhor constituído será mais duradouro que outro, se nenhum incidente imprevisto provocar sua perda com o tempo. O princípio da vida política está na autoridade soberana. O poder legislativo é o coração do Estado; o poder executivo é o cérebro que põe em movimento todas as partes. O cérebro pode ser atingido pela paralisia e o indivíduo continuar a viver ainda. O homem torna-se imbecil e vive ainda; mas tão logo o coração deixe de funcionar, o animal perece. Não é em virtude das leis que o Estado subsiste, mas devido ao poder legislativo.” (ROUSSEAU, 2002, p. 43)

⁷ Rousseau revisita a proposta platônica de que cabe aos mais sábios o governo da sociedade: “Nos homens de composição privilegiada, alma de ouro, os sábios, ocorre a hegemonia do elemento racional. São conhecedores da virtude, principalmente o conhecimento da Justiça, e adquirem as condições para governar a sociedade. Platão argumenta que é preciso que os filósofos se tornem reis, ou os reis e soberanos deste mundo, realmente e sinceramente, filósofos. Defende uma sofocracia, o poder dos sábios. Em sua visão, é um dever iniludível do filósofo se dedicar ao governo da polis. Sua preocupação não é enaltecer o filósofo, mas demonstrar que o filósofo, pelo fato de dedicar-se à busca do conhecimento, é capaz de transpor as aparências e conduzir a administração ao patamar da Justiça, superando a discórdia de facções partidárias que almejam o poder para benefícios particulares.” (PRADO, 2019, p. 511)

normatizadas pelo Contrato Social são marginais, desviados e, por isso, passíveis de receber a devida coerção. A perenidade do Estado e do tecido social dependeriam, sob esta visão, da aceitação tácita a estes três princípios.

Em diálogo com estes dois autores, cabe chamar atenção para Émile Durkheim, que retira o protagonismo da figura do Estado como regulador primaz das interações sociais e passa a olhar a moral como principal termômetro das interconexões entre indivíduos e grupos dentro de um mesmo arranjo geral. Sob a ótica de Durkheim, o *fato social*⁸ é um instrumento – ou melhor, uma instituição – mais adequada à avaliação daquilo que rege as estruturas de um tecido social observado, pois compreende as regras que influenciam os comportamentos e as coerções morais ao longo das sucessivas gerações e não apenas pontualmente, caso-a-caso.

Como intersecção a estes dois conjuntos de ideias sobre a estrutura social, surge o conceito de cismogênese, elaborado por Gregory Bateson, a partir de suas observações sobre o povo Iatmul. Em seus estudos, Bateson compreenderá que, mesmo em sociedades com uma estrutura moral aparentemente mais simples, haverá eventos que colocarão em xeque as estruturas simbólicas de poder, divisão social e papéis de gênero, por exemplo. Ele afirmará que o *ethos*, que se sustenta através do *status quo*, não é um espaço perene e isento de conflitos, mas uma estrutura dinâmica e passível de mudanças que se realizam através de entrechoques de leitura, contestação e reafirmação da cultura geral.

“Inclino-me a ver o status quo como um equilíbrio dinâmico, no qual mudanças estão continuamente tendo lugar. De um lado, processos de diferenciação tendendo a um incremento do contraste etológico e, de outro, processos que continuamente contrariam essa tendência à diferenciação. Referi-me aos processos de diferenciação como cismogênese. Eles têm, acredito, ampla significância sociológica e psicológica, e portanto, em minha descrição desses fenômenos, utilizarei como ilustração não apenas os poucos fatos que coletei na Nova Guiné, com base nos quais o conceito de cismogênese foi inicialmente construído, mas também observações, não menos rudimentares, da ocorrência de cismogênese em comunidades europeias.” (BATESON, 2006, 218)

A partir destes breves apontamentos, fundamenta-se o cerne deste trabalho: ***em que medida movimentos totalitários usaram a cismogênese como ferramenta para rasgar o contrato social vigente em suas respectivas sociedade, refundando o status quo e impondo novos fatos sociais em busca de perpetuação de um jogo de poder que fosse favorável à sua manutenção como força hegemônica? E, em seguida: Como o discurso de guerra generalizada – todos contra todos – foi cooptado por movimentos identitários radicais do Século XXI para justificar suas ações e seus pontos de vista?***

⁸ Afirma Durkheim, ao explicar o fato social: “... para que haja fato social, é preciso que vários indivíduos, pelo menos, tenham juntado sua ação e que essa combinação tenha produzido algo novo. E, como essa síntese ocorre fora de cada um de nós (já que envolve uma pluralidade de consciências), ela necessariamente tem por efeito fixar, instituir fora de nós certas maneiras de agir e certos julgamentos que não dependem de cada vontade particular isoladamente (...) pode-se chamar instituição todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade; a sociologia pode então ser definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento.” (DURKHEIM, 2007, pp. 29 e 30)



Para responder a estas questões, serão avaliados os pontos que convergem eventos históricos como a o Terror Jacobino (1793 – 1794), a revolução bolchevique russa (outubro de 1917), o movimento nazista na Alemanha (1930 a 1945) e o fascismo italiano (1922 – 1945).

A partir destas perguntas centrais, outras três questões secundárias permearão a presente investigação:

- a) como tais movimentos autoproclamados libertadores se tornaram máquinas a serviço de grupos para coagir, perseguir e assassinar quaisquer pessoas que, em maior ou menor grau, discordassem de suas diretrizes ou, em outras palavras, como a cismogênese original produziu posicionamentos estruturalmente totalizantes, impermeáveis a qualquer outra cismogênese posterior?;
- b) observando a retórica e a semiótica como elementos centrais – e convergentes – é possível afirmar, seguindo o modelo estrutural de Claude Lévi-Straus, que há nos discursos totalitários uma léxica, ou melhor, uma “gramática” comum?
- c) é possível identificar posicionamentos totalizantes em movimentos identitários radicais, que sob o véu do igualitarismo buscam reforçar cismogêneses específicas para atingir seus objetivos, não mais como movimentos legítimos de representação, mas como mecanismos de tomada do poder e imposição de novas diferenciações tão segregacionistas quanto as verificadas anteriormente, apenas tomando a inversão dos vetores como objetivo?

2 UM BREVE OLHAR SOBRE O TOTALITARISMO E A CISMOGÊNESE

Antes de ser uma análise sobre a disputa pelo poder propriamente dita, este trabalho procurará abordar o uso da cismogênese como ferramenta utilizada para fomentar conflitos sociais a ponto de provocar a destruição do tecido social, bem como das posturas totalitárias tomadas pelos novos donos do poder como forma de permanecer no centro das tomadas de decisão por tempo indeterminado, não apenas influenciando grupos sociais, mas subjugando-os de tal forma a solapar qualquer movimento questionador o novo *status quo* vigente.

Neste ponto cabe o primeiro aviso relevante: ao contrário daquilo que se difundiu dentro do imaginário do senso comum sobre estruturas totalitárias, a meta central de seus idealizadores não é a solidificação imediata ou a pretensa tentativa de cristalização da nova ordem vigente, mas – antes – a busca pela manutenção perpétua de uma mitologia cosmogônica que se retroalimenta e gera um número ilimitado de pequenos movimentos cismogênicos internos posteriores, porém ligados ao movimento original,

aparentemente caóticos, necessários a justificar a manutenção e a *legitimidade do poder totalitário*⁹, não somente frente à sociedade que domina, mas para além de suas fronteiras.

Dito de maneira diferente, um movimento totalitário somente se torna força hegemônica e, mais do que isso, só se mantém vigente, caso consiga sustentar seu mito fundador vivo através da constante eleição de inimigos a serem combatidos a qualquer custo. Esta medida almeja evitar que a narrativa totalitária se normatize e se torne somente mais uma lente pela qual a realidade pode ser medida e observada, evidenciando que sua força totalizante é contextualmente ineficaz e ontologicamente limitada.

Verifica-se, portanto, que o principal pilar das cismogêneses criadas para justificar os movimentos totalitários não reside apenas na escolha de um *inimigo comum*¹⁰, mas em um sistema que busca inimigos em todo lugar em tempo integral, como uma espécie de psicose crônica e coletiva, orientada a buscar sempre novos alvos à medida que os anteriores sejam subjugados. Esta prática, obviamente, pretende reforçar e preservar a cismogênese ou, nas palavras de Liev Trotski, “*manter uma revolução permanente*”.

Segundo ponto relevante: o senso comum desenvolveu sobre o totalitarismo a falsa ideia de que seus líderes buscam o fim imediato de qualquer movimento contrário ou questionador. O que se verifica, no entanto, como aponta Bateson, é que a cismogênese se reforça sempre que uma ação encontra uma reação que a *reafirme, legitime e a aprofunde*¹¹.

Isso demonstra como grupos ou estamentos sociais que, potencialmente, podem se tornar alvos de ideologias totalitárias encontram-se constantemente sob uma situação semelhante à experimentada pelo *asno de Buridan*¹², ou seja, enfrentar os ataques da máquina totalitária reforça e até legitima os argumentos apresentados por seus perseguidores; por outro lado, aceitar tacitamente o jugo torna os algozes ainda mais

⁹ Como afirma Hannah Arendt: “... o líder totalitário enfrenta duas tarefas que a princípio parecem absurdamente contraditórias: tem de estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade operante da vida de cada dia, e tem, por outro lado, de evitar que esse novo mundo adquira nova estabilidade; pois a estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento (...) O líder totalitário tem de evitar, a qualquer preço, que a normalização atinja um ponto em que poderia surgir um novo modo de vida (...) No momento em que as instituições revolucionárias se tornassem modo nacional de vida (...) o totalitarismo perderia a sua qualidade ‘total’ e ficaria sujeito às leis das nações, segundo as quais cada uma possui um território, um povo e uma tradição histórica específicos que determinam a sua relação com as outras nações...” (ARENDT, 2013, p. 339)

¹⁰ Observe-se: o contrarrevolucionário, no caso do Terror Jacobino; o banqueiro liberal (invariavelmente judeu) para o nazismo; o dono dos meios de produção e a aristocracia para bolcheviques soviéticos, e; a democracia liberal, sob a ótica fascista. (Nota do Autor)

¹¹ “Muitos sistemas de relacionamento, seja entre indivíduos, seja entre grupos de indivíduos, contêm uma tendência para a mudança progressiva. Se, por exemplo, um dos padrões de comportamento cultural, considerado apropriado no indivíduo A, é culturalmente rotulado de padrão assertivo, enquanto de B se espera que responda a isso com o que é culturalmente visto como submissão, é provável que esta submissão encoraje uma nova asserção, e que essa asserção vá requerer ainda mais submissão. Temos então um estado de coisas potencialmente progressivo, e, a não ser que outros fatores estejam presentes para controlar os excessos de comportamento assertivo ou submisso, A precisará necessariamente tornar-se mais e mais assertivo, e B se tornará mais e mais submisso; e essa mudança progressiva ocorrerá, sejam A e B indivíduos separados ou membros de grupos complementares.” (BATESON, 2006, 219)

¹² No século XIV o filósofo francês Jean Buridan propôs um paradoxo filosófico que faz uma sátira ao determinismo moral: usando um asno como representação, Buridan propõe que este animal esteja amarrado, faminto e sedento ao mesmo tempo. Em um dado momento, um fardo de feno e um balde com água são colocados equidistantemente ao animal. Indeciso se bebe a água para aplacar a sede ou se come o feno para acabar com a fome, o animal morre desnutrido e desidratado. (Nota do autor)

vorazes. Indecisos sobre como agir, submetidos à confusão, alguns optam por agir individualmente contra seu opressor; outros preferem submeter-se, esperando que os ataques contra si sessem. Em ambos os casos, o mito totalitário recrudesce, se aprofunda e se expande.

Em consequência disso, outra característica que precisa ser levada em consideração sobre a cismogênese como mecanismo de dominação totalitária está na tática de criar, mesmo que artificialmente, grupos que comecem a rivalizar entre si, tendo sempre de um lado aqueles que devem acessar – de forma violenta, se necessário – determinados “*direitos naturais*” e, em posição diametralmente oposta, aqueles que representam um entrave a tal acesso. Invariavelmente, as lideranças totalitárias se colocarão como detentores do monopólio do discurso, legítimos porta-vozes, do primeiro grupo, autoproclamando-se força de combate aos grupos vistos como “*o inimigo*”.

Esta revisitação ao contratualismo hobbesiano, onde a guerra de todos contra todos é propositadamente provocada, tem uma dupla finalidade: a primeira, evidentemente, é o esfacelamento do tecido social vigente e; em seguida, implantada a nova estrutura de poder pelos líderes totalitários, uma forma de manter toda a sociedade sob estrita desconfiança sobre si mesma, usando os indivíduos como vigilantes e denunciadores de qualquer desvio de conduta por parte de um pretense “*inimigo da revolução*”¹³.

Este “*inimigo da revolução*” é, enfim, qualquer não-alinhado ao discurso e à ideologia que deve dominar, de acordo com a doutrina totalitária. A estes não-alinhados cabe a categoria de subcidadãos, indivíduos cujos direitos básicos não precisam ser garantidos ou minimamente observados. De fato, em todos os movimentos totalitários, houve grupos apontados com o estigma da subcidadania: conservadores para os jacobinos; nobres e empresários para os bolcheviques; liberais para fascistas; judeus, ciganos, eslavos, liberais, comunistas e outros grupos “*não-arianos*” para nazistas.

Ao reduzir à categoria de subcidadãos aqueles grupos que não pertencem ao espaço dos *eleitos, puros e herdeiros de uma identidade legítima*¹⁴, os movimentos totalitários tendem a arregimentar aliados

¹³ Este viés cismogênico de severa vigilância sobre o outro e combate ao “não alinhado”, dentro dos regimes totalitários, pode ser analisada pela perspectiva de Boldt e Krohling sobre o papel dos aparatos midiáticos na construção de subcidadanias:

“A transição do cidadão ao inimigo tem justificado, inclusive, o recurso ao recrudesimento das penas de prisão e, concomitantemente, a relativização das garantias substantivas e materiais.

Fonte de inspiração para o direito penal do inimigo, o direito penal simbólico surge a partir de um ‘(...) argumento legitimador de reformas legislativas e administrativas, voltadas ao esvaziamento das garantias processuais do suspeito e do acusado e ao recrudesimento dos poderes investigatórios e punitivos do Estado’ (...)

... a existência de um discurso midiático criminalizante (...) na mudança social e na construção da realidade (...) mais do que simples forma de representação (...) é uma prática de significação do mundo” (BOLDT e KROHLING, 2009, p. 244 - 245)

¹⁴ Este termo faz referência à antropóloga inglesa Mary Douglas. Em sua obra *Pureza e Perigo*, Douglas explicará como critérios de separação simbólica têm o poder de condicionar o comportamento dos indivíduos no campo material e social, criando clivagens específicas:

“Segundo outra tradição que remonta à carta de Aristeias, as interdições alimentares dos israelitas destinam-se a proteger este povo das influências estrangeiras. Maimônides estava convencido de que lhes era proibido cozer o cabrito no leite da sua mãe porque isso era um rito religioso entre os Cananeus. (...) Os israelitas estavam assim proibidos de vestir tecidos de linho e lã misturados, de plantar árvores diferentes juntas, de ter relações sexuais com os animais, de cozer carne em leite, simplesmente porque estes actos figuravam entre os ritos dos seus vizinhos pagãos”. (DOUGLAS, 1991, p. 40)

infiltrando-se em espaços sociais que extrapolam o campo político ou, dito de melhor maneira, transformando toda a manifestação em um ato ultrapolítico.

Neste sentido, jacobinos, bolcheviques, fascistas e nazistas foram pródigos em criar elementos que *conclamam as massas*¹⁵ através das artes (música, arquitetura, teatro), da literatura, do folclore, da semiótica, do material didático distribuído nas escolas, dos eventos públicos e quaisquer outras formas que sirvam para enaltecer a separação definitiva entre “os escolhidos” e os “rejeitados”, ou como diz Douglas:

“O significado da noção de integridade, de totalidade, estende-se num contexto social, até significar a ideia de perfeição (...) Podemos concluir que a integridade é típica da santidade [estar entre os eleitos]. Esta exige igualmente que os indivíduos se conformem à classe a que pertencem e que não haja confusão¹⁶ entre os diferentes grupos de objetos.” (DOUGLAS, 1991, pp. 42 e 43).

Por outro lado, ao espalhar os símbolos do regime totalitário em todos estes espaços, públicos e privados, seus líderes buscam também lembrar aos “indesejados” que há uma onipresença que os observa e acompanha dia e noite, em todos os espaços, sob todas as circunstâncias, como um *Big Brother*¹⁷, cuja mensagem se dirige principalmente ao subjugado: tenha medo, nós sabemos quem você é e onde você está!

¹⁵ “Com isso pretende-se mostrar que certos valores disponíveis na cultura alemã foram mobilizados pelo governo nazista com fins políticos, e encontravam nos cidadãos comuns, politizados ou não, uma aceitação relativamente fácil, visto que já partilhavam desses valores (...) Como afirma Goebbels, em um discurso para membros do partido no curso da ‘Escola superior de política’ (Hochschule für Politik), em uma série de treinamentos para futuros propagandistas ocorrida em 1928:

“Eu sou um nacional-socialista não quando eu quero isto ou aquilo da política, mas quando eu considero todos os aspectos da vida. [...] Eu sou um nacional-socialista quando eu vejo tudo em política, cultura e economia deste ponto de vista.” (LUZ, 2006, p. 18).

¹⁶ Mary Douglas usa o conceito de “confusão”, neste caso, como sinônimo de poluição, mistura, ou, usando a microbiologia como aproximação comparativa, contaminação entre as amostras: de um lado a amostra dos “puros, eleitos, merecedores, aptos” e, do outro, a amostra que contém os “impuros, rejeitados, inaptos”. (Nota do Autor)

¹⁷ George Orwell retrata em seu livro 1984 o Grande Irmão (*Big Brother*) como um agente desconhecido, mas capaz de observar cada passo do personagem:

“O vestibulo tinha cheiro de repolho fervido e tapete velho. No final dele, um pôster colorido, grande demais para estar ali dentro, havia sido colado na parede. Mostrava simplesmente um rosto enorme, mais de 1 metro de largura: o rosto de um homem de uns 45 anos, com um grande bigode preto e atrativos traços vigorosos. Winston caminhou até a escada. Nem valia a pena tentar o elevador. Mesmo nos dias melhores, ele não funcionava direito, e, no momento, a eletricidade era cortada durante o dia. Era parte da preparação econômica para a Semana do Ódio.(...)”

Em cada patamar, em frente à porta do elevador, o pôster com o rosto enorme observava da parede. Era uma daquelas fotos planejadas para que os olhos seguissem as pessoas enquanto andam. O GRANDE IRMÃO ESTÁ OBSERVANDO VOCÊ – era o que dizia a legenda embaixo.

Dentro do apartamento, uma voz intensa estava lendo uma lista de números que tinham algo a ver com a produção de ferro-gusa. A voz saía de uma placa de metal alongada, como um espelho opaco que fazia parte da superfície da parede do lado direito. Winston mexeu em um interruptor, e a voz diminuiu um pouco, embora desse para distinguir as palavras. Era possível diminuir o volume do aparelho (seu nome era teletela), mas não havia como desligá-lo completamente. Ele foi até a janela: uma silhueta magricela e frágil, seu corpo parecia ainda mais magro pelo macacão azul que era o uniforme do partido. Seu cabelo era muito claro, o rosto sempre estava meio vermelho, a pele tinha ficado áspera pelo sabão de má qualidade, as lâminas de barbear sem corte e o frio do inverno que tinha acabado de terminar.

Do lado de fora, apesar de a janela estar fechada, o mundo parecia frio. Na rua, pequenos redemoinhos de vento estavam levantando espirais de poeira e papéis, e, embora o sol estivesse brilhando e o céu se encontrasse muito azul, parecia que não havia nenhuma cor em nada, exceto nos pôsteres espalhados por todos os lados.

O rosto com o bigode negro olhava de todas as esquinas. Havia um imediatamente na frente do apartamento. O GRANDE IRMÃO ESTÁ OBSERVANDO VOCÊ, dizia o letreiro, enquanto os olhos negros olhavam direto para Winston.(...)

Esta ideia de totalidade, onipresença, onisciência e pureza busca, em suma, transformar cada indivíduo em um reprodutor do ideal totalizante. O arranjo social comum passa a ser visto sob um duplo aspecto: o primeiro é o da unidade dos “*eleitos*” em torno da inexorável certeza de vitória frente ao inimigo; e em segundo plano o espaço subalterno destinado aos “*profanos*”, cujo destino não tem nenhuma relevância concreta. Neste sentido, “*limpar a sociedade dos elementos nocivos*” se torna uma prática não apenas desejada, mas obrigatória a todos que queiram fazer parte do “*novo mundo prometido*”¹⁸.

A cismogênese entra, neste caso, a serviço do ideário totalitário como elemento que justifica não apenas a separação entre os grupos, ao criar a explicação – embora desprovida de reais elementos empíricos ou ontológicos – de que há uma historicidade, uma naturalidade, *uma racionalidade inerente àquela divisão*¹⁹ ou mesmo a aniquilação dos “*inaptos*”. Isso quer dizer, de acordo com os argumentos totalitários, que escapar a esta clivagem entre “*puros e imundos*” é, portanto, uma abominação e uma afronta à inexorável lógica da natureza.

3 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA

A propaganda ideológica não é uma invenção dos movimentos totalitários, mas são estes movimentos que mais demonstraram habilidade para aplicar tais meios tanto para apresentar-se como a única saída viável quanto para demonstrar força frente a possíveis oponentes. Uma ferramenta adequada

A distância, um helicóptero que voava entre os tetos pairou por um instante, como uma mosca, e foi embora fazendo uma curva. Era a patrulha policial espiando pelas janelas das pessoas. As patrulhas não eram um problema, no entanto. O verdadeiro problema era a Polícia do Pensamento.” (ORWELL, 2023, pp. 09 – 11)

¹⁸ “*Em outras palavras, deveriam apenas entender, através da propaganda, que o comportamento ‘transgressor’ individual não pode ser facilmente ignorado como sendo parte da esfera da vida privada de um indivíduo, mas que teria um alcance mais alargado, abrangendo a sociedade como um todo. Assim, os cidadãos comuns se tornariam parte do sistema coercitivo do Estado, contribuindo com aceitação e, não raro, com participação no terror totalitário.*

Se, com isso, alemães passaram a se voltar contra alemães, não é difícil mostrar que o ódio a judeus, ciganos, poloneses e russos era exercido sem mais embaraços. Estes grupos humanos foram considerados indesejáveis na ordem social nazista, e tiveram sua ‘interferência perniciosa’ à sociedade perfeita idealizada pelo nazismo definida em termos raciais. Esta ideia de sociedade perfeita era a ‘comunidade popular’ (Volksgemeinschaft), um conjunto coerente em que os elementos estão em estreita relação uns com os outros, balizando um ideal de sociedade perfeitamente harmônica, disciplinada e que funcionaria em função da ideologia nazista.” (LUZ, 2006, p. 18)

¹⁹ Os critérios de separação eugênica e racista, nascidas durante os séculos XVIII e, principalmente XIX, foram revigorados dentro dos movimentos totalitários que eclodiram no século XX, com o surgimento de teorias pretensamente científicas que buscavam encontrar razões para combater a miscigenação. Para justificar seu ponto de vista, os defensores destas ideias recorriam ao darwinismo social:

“*O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores. outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta ‘natural’, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político (...) Spencer argumentava que o processo natural da seleção biossociológica das elites era prejudicada pelo Estado, com adoção de medidas sociais de ajuda aos pobres. Argumentava que a teoria científica da seleção natural mostrava que os inferiores, os menos aptos, deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes. (...)*

A eugenia foi fundada em 1883 pelo primo de Darwin, Francis Galton. Preconizava o favorecimento, pelo Estado, da formação de uma elite genética por meio do controle científico da procriação humana, onde os inferiores (os menos aptos) seriam ou eliminados ou desencorajados a procriar. Visava essencialmente o aperfeiçoamento da raça” (BOLSANELLO, 1996, p. 154 e 155)

para analisar tal fenômeno é a *teoria dos reflexos condicionados*²⁰, desenvolvida pelo médico Ivan Pavlov. Seu experimento consiste em estabelecer em primeira instância um reflexo primário e, após estabelecida a relação entre o agente e o objeto, se apresenta um novo elemento que faz com que o agente se lembre do primeiro elemento e provoque o mesmo reflexo.

Mesmo que uma análise superficial seja realizada, é possível identificar as táticas aplicadas por líderes totalitários pelo uso massivo de elementos simbólicos e ritualizados, destinados a causar determinadas reações emocionais nos ouvintes. Neste caso, entram em cena discursos, eventos públicos, notícias plantadas em jornais e mesmo livros publicados com informações simples e direcionadas (*elementos condicionadores simples*). Em um segundo estágio entra em ação a carga simbólica (*elementos condicionadores complexos*) que fazem lembrar as mensagens iniciais, *reforçando-as*²¹ (peças teatrais, produções cinematográficas, obras de arte, elementos semióticos em vias públicas, monumentos), tendo como resultante o tipo de modelagem de comportamento descrito no *mito da jaula de macacos*²².

Tomando Hitler como exemplo, Luz afirma:

“Se a propaganda nacional-socialista conseguiu indubitavelmente ser bem sucedida em seus objetivos, uma vez que boa parte da população alemã voltou-se contra os judeus, não foi graças a uma elaboração teórica sofisticada e revolucionária por parte dos nazistas. Segundo Tchakhotine²³, Hitler não teria emitido qualquer ideia original na sua propaganda, tendo se inspirado completamente nas campanhas de propaganda dos movimentos socialistas e do fascismo italiano. De fato, Hitler diz que ‘muito se poderia ter aprendido do inimigo, sobretudo aquele que, de olhos abertos e com o sentido alerta, observasse a onda de propaganda inimiga durante os quatro anos e meio de guerra’.” (LUZ, 2006, p. 26 e 27)

²⁰ O experimento clássico de Pavlov para provar sua teoria consistia em apresentar um torrão de açúcar para um cão preso. Ao ver o torrão de açúcar, o cão passa a salivar e desejar alcançar o torrão de açúcar. Com o tempo, é adicionada uma buzina que preconiza a adição do torrão de açúcar. Com o tempo, quando a buzina é acionada, o cão passa a salivar como se estivesse na frente do torrão de açúcar. Pavlov chama o açúcar de *elemento condicionador simples*, que tem o papel de provocar a salivação do cão pela buzina, o *elemento condicionador complexo*. (Nota do Autor)

²¹ Luz recorda que “*que os símbolos não tem o poder em si mesmos, não são ‘mágicos’; são simples evocadores de estados emocionais e, se não tiverem seu poder de evocação renovado constantemente com novas associações a eventos políticos, perdem seu efeito.*” (LUZ, 2006, p. 26)

²² Embora não passe de lenda, o mito da jaula de macacos demonstra claramente como uma falsa verdade é transformada em fato através do reforço constante.

Conta este mito que um grupo de cientistas reuniu, dentro de uma jaula, cinco macacos famintos. Dentro desta jaula havia uma escada que servia como único acesso a um cacho de bananas maduras. Todas as vezes que um dos macacos resolvia subir a escada para tentar comer uma banana, os que ficavam embaixo eram castigados com um choque elétrico nos pés.

Associando o choque à transgressão de um de seus parceiros de jaula, os outros quatro macacos arrancavam o transgressor da escada e lhe aplicavam uma enorme surra.

Após alguns dias de tentativas de alcançar as bananas e diversas surras, um dos macacos foi trocado por um outro macaco, igualmente faminto. Imediatamente o novato tentava acessar o cacho de bananas no alto da jaula usando a escada e, mesmo sem receber choques nos pés, os outros quatro o arrancavam de lá e lhe aplicavam uma vigorosa sessão de pancadaria.

Dias depois foi trocado outro macaco, e, passados outros dias mais um, sucessivamente, até que todo o grupo não contasse com nenhum remanescente do grupo inicial.

Mesmo assim, todas as vezes que um deles tentava subir a escada para colher uma banana, os demais o cobriam de socos imediatamente, mesmo sem sofrer castigo algum, apenas porque aprenderam que a moral geral era agir de maneira violenta contra todo e qualquer indivíduo que se atrevesse a subir a escada. A violência contra o outro se ritualizou, mesmo sem nenhum porquê. (Nota do Autor)

²³ O microbiologista Serge Tchakotine, em 1939, foi um dos primeiros teóricos a observar a aplicação da arte e da semiótica nas publicações nazistas como forma de propaganda ideológica. (Nota do Autor)

Todo este esforço de convencimento passa longe de uma simples tentativa de lavagem cerebral aplicada sobre um público de *65 milhões de pessoas*²⁴, mas de um movimento meticulosamente pensado para convencer este público sobre o ideário, concomitantemente, antissemita e centralizador. Sobre isso, fica praticamente inevitável associar as grandes apresentações públicas de poder postas em cena pelos regimes totalitários daquilo que o Dr. Victor Turner chama de “*processo ritual*”²⁵.

Movimentos totalitários explorarão esta forma de ritualização de maneira bastante eficiente, primeiro apresentando ao ouvinte sua condição de abandonado pelo modelo vigente e sua situação de vítima frente a um oponente – mesmo que fictício – ardiloso, poderoso e implacável; em seguida, mostra que este mesmo ouvinte faz parte de um conjunto social capaz de tomar seu destino em suas próprias mãos, sobrepujando o inimigo e tomando seu lugar no topo da escala de status social-político-econômico, e; por fim, reforça este discurso através de elementos condicionadores simbólicos – simples e complexos – ritualisticamente estruturados e que se materializam na figura do “*grande líder*”.

Esta ritualização tampouco é desprovida de significação semiótica-transcendental, tal como um movimento meta-messiânico, uma forma de reafirmar características específicas incorporadas à narrativa que se pretende reforçar, tal como ocorre no reforço de princípios morais e dogmas encontrados igrejas, mesquitas, pagodes ou outros templos. Porém, ao contrário destes e de outros ritos religiosos, tais narrativas estão desprovidas de freios morais capazes de estabelecer fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, relativizando mesmo o valor à vida daquele considerado “*o inimigo*”.

Dito de maneira diferente, o “*grande líder*” pretende encerrar em sua figura e nos símbolos ligados a si e ao seu ideal, características necessárias para que seus seguidores o enxerguem como um messias, salvador, arauto de uma nova era, cujo templo é qualquer lugar em que seu aparelho de propaganda opere para alcançar sua massa de fiéis com sua “*boa nova*” secular e condene “*à perdição eterna*” todos os que não pertencem à categoria de “*merecedores de viver neste Shangri-lá ou Eldorado*”.

²⁴ População estimada da Alemanha à época da chegada de Hitler a poder como Chanceler (1933). (Nota do Autor)

²⁵ “*O que existe de interessante com relação aos fenômenos liminares, no que diz respeito aos nossos objetivos atuais, é que eles oferecem urna mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem. Assistimos, em tais ritos, a um ‘momento situado dentro e fora do tempo’, dentro e fora da estrutura social profana que revela, embora efemeramente, certo reconhecimento (no símbolo, quando não mesmo na linguagem) de vínculo social generalizado que deixou de existir, e contudo simultaneamente tem de ser fragmentado urna multiplicidade de laços estruturais. São os laços organizados em termos ou de casta, classe ou ordem hierárquicas, ou de oposições segmentares, (...) É como se houvesse neste caso dois ‘modelos’ principais de relacionamento humano justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de ‘mais’ ou de ‘menos’. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um ‘comitatus’ não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, urna comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais. (...)*

De tudo isso, concluo que, para os indivíduos ou para os grupos, a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de communitas e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. A passagem de uma situação mais baixa para outra mais alta é feita através de um limbo de ausência de ‘status’. Em tal processo, os opostos, por assim dizer, constituem-se uns aos outros e são mutuamente indispensáveis.” (TURNER, 1974, pp. 118 - 120)

4 A GRAMÁTICA ESTRUTURAL-SIMBÓLICA DO TOTALITARISMO

Antes da descrição sobre as percepções do antropólogo Claude Lévi-Strauss em relação à proposta de uma gramática estrutural-simbólica da cultura – aqui sob o viés do ideário dos regimes totalitários – é necessário que se explique como estas possíveis estruturas procuram se relacionar com seus receptores usando como ponte mecanismos de psicolinguística.

Seguindo por esta senda, salvo melhor compreensão, é possível entender que discursos e símbolos emitidos pelos idealizadores das mensagens totalizantes projetam, sobre os grupos sociais com os quais dialogam, mensagens meticulosamente planejadas para moldar a percepção da realidade, mesmo que de maneira fictícia, como uma forma de reeducar ou mesmo “*re-alfabetizar*” as pessoas para um novo contexto social ambivalente: por um lado, a percepção sobre um futuro ideal a ser construído, e; por outro, a “*inevitável*” luta contra um “*inimigo*” posto, obstáculo à conquista desta realidade ideal.

Pegue-se por empréstimo o apontamento feito por Mariante:

“... a aquisição da língua oral, da leitura e da escrita, entendida como resultado de uma construção do conhecimento, pode ser pensada de outro modo, pois o surgimento da Psicolinguística, além de favorecer o estabelecimento da relação entre língua e cognição, possibilita a discussão acerca do modo de implementação neurofisiológica do processamento linguístico, assim como acerca da natureza dos processos mentais.” (MARIANTE, 2008, p. 14)

Claude Lévi-Strauss partirá da premissa de que a linguística ocupa lugar central dentro das Ciências Sociais por ter atingido um elevado grau metodológico a ponto de conhecer os fatos que lhe cabe analisar (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 43). Mais ainda, dentro deste campo do saber, Lévi-Strauss considera a fonologia como um avanço tão relevante para a sociologia e para a antropologia quanto a física nuclear foi para as ciências exatas:

“O nascimento da fonologia modificou profundamente essa situação. Ela não renovou apenas as perspectivas linguísticas – uma transformação de tal amplitude não se limita a uma disciplina específica. A fonologia desempenha, em relação às ciências sociais, o papel renovador que a física nuclear, por exemplo, desempenhou para com o conjunto das ciências exatas. Em que consiste essa inovação, quando tentamos encará-la em suas implicações mais gerais? A resposta a essa pergunta nos é dada pelo ilustre mestre da fonologia N. Trubetzkoy²⁶. (...) ele resume o método fonológico a quatro procedimentos fundamentais: em primeiro lugar, a fonologia passa do estudo dos fenômenos linguísticos conscientes para o de sua infraestrutura inconsciente; recusa-se a tratar os termos como entidades independentes, tomando como base de sua análise, ao contrário, as relações entre os termos; introduz a noção de sistema – ‘A fonologia atual não se limita a declarar que os fonemas são sempre membros de um sistema, ela mostra sistemas fonológicos concretos e evidencia sua

²⁶ **Nikolay Sergeyevich Trubetzkoy** foi um linguista russo de origem lituana. Formado em Moscou, se exilou na Suíça e na Áustria após a revolução bolchevique. Sua principal contribuição sobre o estudo da fonologia diz respeito ao estudo dos sistemas individuais de representação e na construção de um sistema universal de leis fonológicas universais. Não conseguiu ver publicada sua principal obra, intitulada *Grundzüge der Phonologie* (Princípios de Fonologia), onde defende que o fonema é a menor partícula possível dentro da estrutura de uma língua. Sua morte, em decorrência de um ataque cardíaco, é reputada à perseguição que sofreu do Partido Nazista após publicar um artigo contendo fortes críticas às ideias defendidas por Adolf Hitler. (Nota do Autor)

estrutura’ – finalmente, ela visa a descoberta de leis gerais, descobertas ou por indução, ‘ou deduzidas logicamente, o que lhes dá um caráter absoluto’”. (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 45)

No entanto, explica ele, esta aproximação entre a fonologia e as ciências sociais não pode ser feita de maneira direta e sem os devidos cuidados, sob pena de haver leituras superficiais e pouco eficientes no tocante à validade das interpretações *decorrentes da observação*²⁷.

Vê-se, portanto, que Lévi-Strauss, ao levar em conta os apontamentos feitos por Trubetzkoy, conclui o mesmo que Mariante no que tange à construção da linguagem: ela não se reduz à função de formar frases cuja finalidade é apenas emitir uma mensagem, mas um complexo sistema psicofisiológico que funciona em mão dupla: se por um lado – do indivíduo para o exterior – emite mensagens de leitura do mundo, por outro – do exterior para o indivíduo – coleta mensagens que moldarão sua leitura deste mesmo mundo. É, enfim, uma estrutura dialética cíclica que compreende toda a vida das pessoas e para além dela, tornando-se um potencial fato social.

Dito de maneira mais concreta, a gramática dos sistemas totalizantes tem a capacidade de modificar não somente as interpretações metafísicas sobre a realidade objetiva, mas também – e principalmente – o ambiente e os *cérebros*²⁸ (no sentido físico propriamente dito) por ele significados e representados, impondo aos seus participantes não apenas princípios norteadores, mas conclusões que, para tais participantes deste ideário, são a verdade em sua máxima expressão.

Portanto, compreende-se a proposta metodológica de Lévi-Strauss – ao menos *a priori* – como justificável, posto que, se a fonologia constitui um campo que entende a linguagem como uma estrutura social de mão dupla (interpretativa-representativa), portanto capaz de explicar como “*aquilo que é dito*” influencia a interpretação e as ações daqueles que escutam, leem e enxergam a mensagem original, respondendo a ela positiva ou negativamente, sob dependência de sua leitura particular cerca do meio e da realidade.

²⁷ “Uma análise realmente científica deve ser real, simplificadora e explicativa. Assim, os elementos diferenciais que se encontram no termo da análise fonológica possuem existência objetiva do triplo ponto de vista psicológico, fisiológico e até físico; são menos numerosos do que os fonemas formados por sua combinação e, finalmente, permitem compreender e reconstruir o sistema.” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 48)

²⁸ “Na década de 90, foi conduzido um experimento que comparou ratos que viveram em ambientes enriquecidos (com circuitos, espelhos, rodas, escadas, labirintos etc.) com ratos que viveram em ambientes não enriquecidos (gaiolas comuns de biotério). Análises post mortem mostraram que os cérebros dos ratos que viveram em ambientes enriquecidos apresentavam maior quantidade de neurotransmissores e sinapses, maior massa encefálica, melhor vascularização cerebral e maior quantidade de espinhos dendríticos, fundamentais para conexão entre neurônios e formação de novas sinapses (Rosenzweig, 1996). Isso foi fundamental para mostrar a interdependência da neuroplasticidade com os estímulos ambientais. Além disso, um outro estudo demonstrou que a quantidade de acetilcolina, um neurotransmissor fundamental para aprendizagem, é mais alta nos ratos treinados para resolver problemas espaciais complexos do que naqueles treinados para resolver problemas mais simples (Renner e Rosenzweig, 1987). Em relação às pessoas, exames post mortem mostraram que a educação formal aumenta o número de conexões inter neurais (Jacobs e Scheibel, 1993) e, portanto, aumenta a capacidade cognitiva do indivíduo.” (SALOMÃO, 2021, pp. 4 e 5)

5 “REPITA UMA MENTIRA MIL VEZES E ELA SE TORNARÁ VERDADE”

Uma vez implantado um sistema de representação da realidade, através de um discurso capaz de estruturar os critérios de *verdade*²⁹ para um grupo social específico, as mensagens seguintes tenderão a buscar validar esta pretensa verdade usando os mais variados mecanismos. Esta validação, demonstram os casos em análise, ocorrem de maneira ininterrupta, tendo como objetivo nuclear demonstrar sempre a superioridade do princípio totalizante sobre qualquer outra forma de representação ou possibilidade de solução do corrente problema.

Neste sentido, as tentativas de representar “*a união laboriosa*”, “*a sociedade em progresso*”, “*o coletivo nacional*”, a “*força militar que esmaga o inimigo*”, “*a grandiosidade da nação*³⁰”, estão sempre em pauta sob forma de apelos midiáticos, literários e artísticos, cujo elemento central é o *discurso hostil contra um inimigo comum*³¹ e a figura de um *grande líder* capaz de resgatar um passado glorioso e a construção de um futuro permeado pelo progresso econômico e social.

Para a sobrevivência do discurso totalitário é fundamental a manutenção de um sistema permeado por códigos de *solidariedade*³² entre o grupo sobre o qual se concentra o foco de interesse da

²⁹ Usa-se o termo “*verdade*”, neste sentido, não em seu sentido clássico, mas como um princípio dogmático totalizante e absoluto, que sequer demanda a mais trivial comprovação empírica. Regimes tirânicos usam critérios de verdade a partir dos dogmas encarnados na figura do “*grande líder*”, de grandes virtudes coletivas ou em nome da ideia de preservação da pureza do princípio. (Nota do Autor)

³⁰ Mussolini descreve o Estado como a materialização dos ideais nacionais e impõe aos indivíduos sua subordinação a este fato: “*Por ser anti-individualista, a concepção Fascista da vida expressa a importância do Estado e aceita o individual apenas enquanto os interesses deste coincidam com os interesses do Estado, que defende a consciente e universal vontade do homem enquanto entidade histórica. O Fascismo é oposto ao liberalismo clássico que surgiu como reação ao absolutismo e exauriu sua função histórica quando o Estado tornou-se a expressão da consciência e vontade do povo. O liberalismo negou o Estado em prol do indivíduo; O Fascismo reassenta os direitos do Estado como expressão da real essência do indivíduo; e se a liberdade é para o indivíduo o atributo dos homens vivos e não de manequins abstratos inventada pelo liberalismo individualista, então o Fascismo luta pela liberdade, pela única liberdade digna de se ter, a liberdade do Estado e dos indivíduos neste inseridos. O conceito Fascista de Estado abraça a tudo; fora deste conceito nenhum humano ou valores espirituais podem existir, muito menos ter valor.*” (MUSSOLINI, p. 07)

³¹ Hitler usou o empresário judeu como elemento central da crise econômica alemã, alegando um eventual conluio internacional para destruir o povo alemão. Seus argumentos eram públicos e, praticamente todos os casos, foram usados como justificativa para uma onda de violência contra este “*inimigo do povo*”:

“*Por trás desses homens estavam os grandes interesses financeiros internacionais judaicos que controlam os bancos e a bolsa de valores bem como a indústria de armamento. E agora, como antes, eles farejaram a oportunidade de fazer seu negócio desagradável. E assim, justamente como antes, não houve nenhum escrúpulo de sacrificar o sangue dos povos. Este foi o início desta guerra. Algumas semanas mais tarde o estado que foi o terceiro país na Europa, a Polônia, mas tinha sido irresponsável o suficiente para permitir-se a ser usado para os interesses financeiros destes belicistas, foi aniquilado e destruído*” (MENDES, 2013, p. 30)

³² Esta construção de novos paradigmas de verdade subjetiva-totalizante, transformada em ideologia, é assim descrita por Berger e Luckmann:

“*Todo grupo empenhado num conflito social exige solidariedade. As ideologias geram solidariedade. A escolha de uma ideologia particular não é necessariamente baseada em seus elementos teóricos intrínsecos, mas pode derivar de um encontro casual. (...) Evidentemente, logo que a ideologia é adotada pelo grupo em questão (mais exatamente, logo que uma determinada doutrina torna-se ideologia do grupo em questão) modifica-se de acordo com os interesses que deve agora legitimar. Isto acarreta um processo de seleção e acréscimo relativamente ao primitivo corpo de proposições teóricas.*” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 167)

“*intelligentsia*”³³ revolucionária”. Ao totalitarismo não basta convencer os ouvintes de que suas ideias são válidas, mas seduzir as massas para que sigam os mantras emitidos. A finalidade é, portanto, formatar uma realidade alheia que se pareça verossímil e construa um status psiconeurológico capaz de estabelecer interfaces cognitivo-dialéticas entre o teórico-metafísico (aquilo que é dito) com o ontológico-espacial (aquilo que é visto, sentido e feito).

No caso dos discursos totalitários, portanto, pode-se afirmar que seus objetivos encontram campo fértil dentro de sociedades carentes de uma representatividade da realidade que explique, em primeiro plano, seu eventual fracasso e, paralelamente, que aponte para o causador desta ruína e meios de resgate de uma identidade perdida. Em suma, é necessário aos agentes que querem implantar a ideologia totalizante encontrar um grupo social disposto a participar desta dialética da identidade e permeável às propostas de mudança da realidade através da construção de uma nova *percepção de verdade*³⁴, que carece de validação tanto vertical (quando a mensagem parte da figura de autoridade, o Estado, para os ouvintes, cidadãos) quanto horizontal (quando a reprodução do discurso se dá de ouvinte para ouvinte) dentro do tecido social.

Para se promover como expressão da verdade e se tornar hegemônico, o discurso totalizante procura reestruturar a linguagem em todos os seus aspectos, solapando qualquer outra representação do ambiente que possa contradizer seus pressupostos mais básicos. Regimes totalitários, ao redor do mundo, têm aplicado este princípio como forma de dominação do tecido social, fortalecendo uma interpretação do meio que, se por um lado, arregimenta grupos sociais descontentes com sua situação, por outro procura intimidar todos aqueles que se opõem aos seus pressupostos.

Esta dicotomia favorece o surgimento de conflitos internos e, em seguida, distensões do tecido social que servem para criar um clima de desconfiança recíproca entre os indivíduos, fortalecendo ainda mais os sinais de solidariedade entre aqueles que coadunam com o discurso apresentado e anulando qualquer movimento contrário.

Uma vez instalado o discurso uníssono no tecido social, sua reprodução tenderá a se retroalimentar tanto de forma vertical quanto horizontal, consolidando o sentimento de pertencimento dos membros à

³³ Usa-se o termo cunhado por Max Weber aqui não para designar o conceito de intelectual difuso entre as classes sociais, como quer afirmar Mannheim, mas ao grupo central que elabora, estrutura e aplica o discurso totalitário sobre as massas com a única finalidade de justificar cismogêneses específicas, necessárias para que haja o duplo movimento de, por um lado, arregimentar uma massa de seguidores dispostos a sustentar cegamente seu “*ponto de vista*” e, por outro, o grupo considerado a antítese do ideal estabelecido. (Nota do autor)

³⁴ “No estabelecimento desta ordem a linguagem realiza um mundo, no duplo sentido de apreende-lo e produzi-la. A conversação é a atualização desta eficácia realizadora da linguagem nas situações face a face da existência indivíduo. Na conversa as objetivações da linguagem tornam-se objetos da consciência individual. Assim, o fato fundamental conservador da realidade é o uso contínuo da mesma língua para objetivar a experiência biográfica reveladora. (...)”

A fim de manter efetivamente a realidade subjetiva, o aparelho da conversa deve ser contínuo e coerente. As rupturas de continuidade ou consistência, ipso facto, constituem uma ameaça para a realidade subjetiva em questão. (...)”

A realidade subjetiva depende assim sempre de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação. Só é possível o indivíduo manter sua autoidentificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade.” (BERGER e LUCKMANN, 2004, pp. 204 e 205)



revelação do novo *status quo* vigente. Isso cria uma espécie de gramática ou cadeia de representações interna àquela sociedade.

Esta gramática do totalitarismo estabelece fraseologias, expressões, significantes (fonemas e grafemas), condicionantes lógicos que estruturam todos os espaços dialógicos do tecido social, “*amarrando*” a mensagem totalizante ao caráter de verdade estrita. Esta gramática pode ser vista no “*calendário revolucionário*” dos franceses; na “*forma ideal de se vestir*” imposta aos chineses por Mao Tsé Tung; no “*jornalismo revolucionário*” difundido pelo Pravda de Vladimir Lenin, e; da semiótica nazista exposta em praças, eventos públicos, peças teatrais e obras cinematográficas, por exemplo.

Não obstante a isso, e por causa das simetrias encontradas, é possível afirmar que há também uma estrutura léxica comum entre os movimentos totalitários como estruturas de discurso de verdade, que pode ser enumerada da seguinte maneira: 1) a exortação a um espírito de coletividade; 2) um ponto de sofrimento comum, causado por um inimigo específico, que deve ser aniquilado; 3) a encarnação dos valores ideais na figura do “*grande líder*”; 4) o controle sobre todas as outras formas de discurso, concorrentes ou nocivas ao discurso vigente, e; 5) a construção tanto imagética quanto concreta de uma nova realidade compartilhada (expressa sob diversas formas: arquitetura, urbanismo, expressões artísticas, literatura...).

As representações de realidade, dentro dos sistemas de discurso totalitários são, enfim, estruturas de construção simbólicas de uma realidade tão arbitrariamente construída quanto difundida, o que implica dar razão a Levi-Strauss:

“... sistemas de símbolos, os sistemas de parentesco fornecem ao antropólogo um campo privilegiado, no qual seus esforços quase (e insistimos no quase) atingem os da ciência social mais desenvolvida, isto é, a linguística. Mas a condição desse encontro, de que se pode esperar uma melhor compreensão do homem, é jamais perder de vista o fato de que, tanto no caso do estudo sociológico como no do estudo linguístico, estamos em pleno simbolismo.” (LEVI-STRAUSS, 2003, p. 65)

6 IDENTITARISMO RADICAL, CISMOGÊNESE E TOTALITARISMO

Antes de se apresentar o debate sobre os movimentos identitários radicais e sua clara proximidade com a estrutura ideológica e a práxis típicas dos movimentos totalitários, há que se conceituar o que se tratará neste breve artigo como multiculturalismo e identitarismo, uma vez que há a percepção de que o segundo se fortalece a partir do aparente – mesmo que temporário – ocaso do primeiro.

Após uma onda de forte demanda por uma agenda multicultural, que usava as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos como o principal pilar argumentativo, pregando a premente necessidade pelo convívio harmônico entre diversos grupos étnico-culturais em um mesmo espaço, o Ocidente – de maneira geral – passou a tratar estas mesmas pautas com maiores ressalvas ou mesmo com severas restrições, principalmente a partir do ataque às Torres Gêmeas de Nova York (USA) em 11 de setembro de 2001 e ao jornal Charlie Hebdo (França), em 07 de janeiro de 2015.

O caso de apogeu e arrefecimento do multiculturalismo – notadamente na Europa – também pode ser analisado pelos vieses histórico e cultural, denunciando um sentimento coletivo de fracasso na construção de uma *sociedade múltipla*³⁵. Quase desnecessário salientar que os esforços multiculturalistas não podem ser caracterizados como esgotados, uma vez que a maioria dos países europeus ainda mantém algum tipo de programa voltado ao atendimento de imigrantes e *refugiados*³⁶.

Na esteira do vazio criado pelo aparente esfacelamento da agenda multicultural, voltam a ganhar força midiática os movimentos identitários, herdeiros das mesmas demandas apresentadas por Martin Luther King, Rosa Parks e Ruby Bridges e que serviram como sustentáculo às pautas defendidas pelos multiculturalistas. Estes movimentos surgiram a partir da luta de mulheres negras e lésbicas dos Estados Unidos ainda na década de 1970 e foram ganhando espaço em outros grupos minoritários como o ativismo gay, movimentos ambientalistas, combate à padronização da estética corporal, acessibilidade e locomoção de portadores de necessidades físicas especiais, inclusão de portadores do transtorno do espectro autista e direito dos povos nativos, por exemplo.

As pautas destes grupos sempre carregam consigo claro apelo ao respeito da sociedade àquilo que mais fortemente caracteriza seus membros e que, via de regra, ainda se transforma em elemento de discriminação, marginalização ou mesmo de exclusão. Podem ser chamados, portanto, de movimentos democráticos de luta pelo reconhecimento civil pleno ou, como o senso comum os define, grupos de luta pela inclusão.

³⁵ “Cabe salientar que o tratamento benevolente dado aos refugiados muçulmanos que chegam à Europa deriva pelo menos em parte da culpa acalentada no Ocidente pelo seu passado colonial. A doutrina multicultural é outro resultado desse sentimento. Ela dá voz aos percebidos e classificados como mais fracos e vulneráveis, oportunizando-lhes também um grau relevante de autodeterminação.

No entanto, cresceu na opinião pública do Ocidente, em vários países ao longo do tempo, a sensação de desgaste dessa visão retificadora, que evita a depreciação dos usos e costumes dos grupos minoritários, propõe o respeito à diversidade cultural e se opõe ao etnocentrismo. Tal sentimento de fracasso vem acompanhado de um lamento que questiona a capacidade do ser humano de viver em paz nos ambientes cosmopolitas e fragmentados que surgiram no mundo globalizado. (...) A posição crítica ao multiculturalismo foi afirmada pela alemã Angela Merkel, pelo sueco Gustav Mattias Anton Kasselstrand e pelo espanhol José Aznar. (...) Na França, Nicolás Sarkozy ecoou essa opinião. Disse que ‘em nossas democracias nos ocupamos demais com a identidade de quem chegava e não o bastante com a identidade do país que os recebia’.

Em 2016 comentava-se que existiam em países como a Dinamarca, Suécia, França, Bélgica e Grã-Bretanha cerca de 900 locais nos quais as leis nacionais eram inoperantes. Outro sinal de crise são os dados coletados pela pesquisa realizada em 2005 pela Universidade de Bielefeld. Ela constatou que três em cada quatro alemães diziam que a cultura muçulmana não combinava com a ocidental. Em 2011, outro estudo mostrou que 40% dos ingleses consideravam a presença desta população no país uma ameaça.” (WAINBERG, 2020, p. 47)

³⁶ É possível afirmar, porém, que as políticas ou mecanismos de acesso à Europa – e em menor grau a outros países do Ocidente – tenderam, gradativamente, à aplicação estrita ao cumprimento do Estatuto dos Refugiados, segundo o Protocolo Adicional de 1967, mesmo contrariando os termos da Convenção de Dublin de 1997.

“Baseando-se nisto é possível notar, de fato, a insatisfação de muitos Estados-Membros com esta política de acolhimento que não distribui de forma igualitária os solicitantes de asilo e, por isso, passam a desenvolver ações contrárias aos compromissos regionais e internacionais de defesa do direito dos refugiados.

Na Itália, por exemplo, o antigo Ministro do Interior, Matteo Salvini, causou preocupação ao prometer fechar os portos do país aos navios de ONGs que resgatassem essas pessoas no Mar Mediterrâneo alegando que as regras do Regulamento de Dublin precisam ser revistas, uma vez que, de acordo com o ministro, a Itália não tem mais condições de suportar sozinha essa questão.” (AMORIM, 2021, p. 264)

As ações destes grupos de pressão são explicadas na obra do Dr. Robert Dahl, fundador da escola behaviorista em ciência política e do conceito de Poliarquia. Segundo ele, há uma clara diferença entre sufrágio e capacidade de *contestação pública*³⁷. Ao dar voz aos grupos de pressão que apresentam pautas de contestação, o Estado demonstra se dirigir à ampliação e aprofundamento de seu *status* democrático; ao seguir caminho inverso, restringindo o acesso destes grupos às instâncias de poder, concentra a capacidade de decisão a uma oligarquia sistêmica.

Paralelamente a estes movimentos, no entanto, surgem grupos dispostos a radicalizar suas demandas, transformando-as em verdadeiros campos de batalha, cuja única finalidade é apresentar um inimigo dentro do tecido social e declarar-lhe guerra aberta sob a justificativa – via de regra, generalista e pouco consistente – de que sua sobrevivência ou a conquista de seus direitos estão sob constante ameaça pela simples existência deste “outro”.

Exemplos a estes movimentos radicais que enxergam a diferença irreconciliável com o “inimigo declarado” que impossibilita qualquer diálogo inclusivo ou mesmo como fator catalizador para a eclosão de um conflito armado, têm representantes dos mais diversos matizes ao longo das últimas décadas, desde a *Ku Klux Klan*³⁸ e o *Nacionalismo Negro*³⁹ surgidos nos Estados Unidos até grupos neonazistas e neofascistas na Europa.

³⁷ “É dispensável dizer que, na falta do direito de exercer oposição, o direito de “participar” é despojado de boa parte do significado que tem num país onde existe a contestação pública. Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposições do que um país com um sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante. (...) Consideremos, então, a democratização como formada por pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação.” (DAHL, 2005, pp. 25 e 26)

³⁸ A Ku Klux Klan é uma organização que prega a supremacia branca protestante sobre diversos outros grupos sociais nos Estados Unidos. Nascida no contexto do final da Guerra Civil (1861 – 1865), por escravocratas que criavam círculos (Kyklos em grego) como forma de responder, via de regra de maneira ameaçadora e violenta, às demandas da população negra retirada da escravidão. Tais demandas incluíam direito à educação, acesso à saúde pública, ao mercado de trabalho e ao direito a participar ativamente do processo político.

Embora este grupo tenha sofrido diversos reveses desde sua criação, tendo contra si parte significativa da sociedade dos Estados Unidos, suas células ressurgem sempre que um evento de crise social e econômica mostram-se mais agudas. Com o tempo, sob o argumento de preservação de valores “americanos”, os alvos dos ativistas da Ku Klux Klan foram ampliados para imigrantes europeus, católicos e socialistas. (Nota do Autor)

³⁹ Malcom X, líder do Nacionalismo Negro, disse em um discurso intitulado como “O voto ou a bala”, em 1964:

“A filosofia do Nacionalismo Negro significa apenas que se você e eu vamos viver numa comunidade negra – e é nela que nós vamos viver, porque assim que você se muda para uma das comunidades deles – assim que você se muda da comunidade negra para a comunidade deles, ela fica misturada por um período, mas eles caem fora e você está lá abandonado a si mesmo de novo. Nós temos... nós temos que entender a política da nossa comunidade e temos que saber o que a política deve produzir. Nós temos que saber que parte a política toma em nossas vidas. E até que nós nos tornemos politicamente maduros, nós sempre vamos ser desencaminhados, ou enganados ou manipulados para apoiar alguém que politicamente não tem o bem da nossa comunidade no coração. Assim, a filosofia política do Nacionalismo Negro significa apenas que nós temos que levar adiante um programa, um programa político de re-educação para abrir os olhos do nosso povo, tornar-nos mais conscientes politicamente, maduros politicamente, e então nós iremos... sempre que nós estivermos prontos para dar nossos votos, nosso voto será... será dado para um homem da comunidade que tem o bem da comunidade no coração. (...)

Eles atacam todos nós pelo mesmo motivo; todos nós vivemos um inferno através do mesmo inimigo. Nós estamos todos no mesmo saco, no mesmo barco. Nós sofremos opressão política, exploração econômica e degradação social – tudo isso através do mesmo inimigo. O governo falhou conosco; você não pode negar.” (MALCOM X, 1964)

No contexto do identitarismo feminista radical aparece Susan Brownmiller, uma das maiores difusoras do termo “*cultura do estupro*” nos Estados Unidos. Em sua visão, a cultura daquele país favoreceria a concepção de uma conduta masculina como “... *naturalmente agressiva, a feminina como passiva, e exige das mulheres o comportamento de polidez, delicadeza e de não confronto*” (CAMPOS, MACHADO *et all*, 2017, p. 982), indo além, ao propor que todos os homens são *potenciais estupradores*⁴⁰ porque enxergam o *pênis como uma arma*⁴¹.

Sem recorrer a nenhuma prova objetiva sobre o que afirma ou conjectura, Brownmiller e outras feministas radicais lançam mão de um argumento totalizante que procura implicar a conclusão de que todo e qualquer relacionamento heterossexual tem uma natureza violenta ou, sob uma ótica ainda mais ampla, que relacionamentos entre homossexuais masculinos seria, por si só, um ato de violência mútua. Por outro lado, implicam que o estupro é um perigo iminente a todas as mulheres, tornando-as eternas vítimas de um algoz que, sob critérios objetivos, é completamente imaginado e generalizado.

O identitarismo radical também crava suas raízes no contexto xenofóbico. Notadamente da Europa, tal fenômeno passa a representar um evento crucial na forma com que as relações entre imigrantes e nativos se tratam e de como tal contato pode gerar um clima de desconfiança recíproca, não somente em decorrência de uma histórica repulsa de parte das diversas sociedades europeias ao “*bárbaro*”, mas notadamente porque ações extremistas podem eclodir a qualquer momento sob o véu de uma pretensa identidade, cultural ou nacional, a ser preservada.

Como compreende Rolo de Miranda, o ressurgimento do identitarismo radical na Europa, há mais semelhanças do que diferenças entre os grupos extremistas que agem pelo continente tentando impor à sociedade suas concepções de mundo valendo-se de práticas terroristas e demonstração de força, mesmo que simbólica, contra o *alvo de seu ódio*⁴².

⁴⁰ Vieira Andrade contradiz completamente esta percepção, chamando-a de “*um dos mitos mais perversos relacionados ao estupro*”. Como contra-argumento, a autora comentará:

“*Os estudos feministas, do mesmo modo, desafiam as percepções de que a violência masculina era natural, ou seja, oriunda de uma suposta natureza violenta do macho, mas intimamente ligada à construção da própria masculinidade/feminilidade. É que enquanto a sexualidade masculina é estimulada a ser assertiva e agressiva, a feminina é orientada a ser retraída e passiva. Uma das consequências disto é visão de que as mulheres querem dizer sim, quando dizem não, afirmativa recorrente no discurso de condenados por crimes sexuais para argumentar a consensualidade do ato e, infelizmente, difundida pelo senso comum. Por isso, o estupro deve ser compreendido em termos de papéis sociais de homens e mulheres em uma determinada cultura e contexto histórico-social específico.*” (VIEIRA ANDRADE, 2018, p. 58)

⁴¹ “*A descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como uma arma para gerar medo deve ser classificada como uma das descobertas mais importantes dos tempos pré-históricos, juntamente com o uso do fogo e o primeiro machado de pedra bruta. Dos tempos pré-históricos até o presente, creio eu, o estupro tem desempenhado uma função crítica. Isto é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo.*” (CAMPOS, MACHADO *et all*, 2017, p. 984)

⁴² “*De facto, quando colocamos lado a lado a extrema-direita e o fundamentalismo islâmico, conseguimos observar diversas semelhanças. Ambos possuem uma ideologia que assenta profundamente na imposição de valores e opiniões de uma minoria radical a toda a população, visando igualmente a restrição e/ou abolição de diversos direitos consagrados na lei dos Estados que chocam contra os valores do seu grupo; possuem igualmente um discurso no qual distinguem o “nós” do “eles”, procurando ostracizar todos os que não fazem parte do grupo e que não partilham dos seus ideais e consideram igualmente que os seus*

Como visto, quer seja por questões xenofóbicas, de gênero, raciais ou quaisquer outras, tais movimentos rejeitam o diálogo horizontalizado, reconhecendo nos demais interlocutores apenas inimigos a serem combatidos ou obstáculos que devem ser superados para que, enfim, suas demandas sejam as únicas possibilidades vigentes em um mundo idealizado, mesmo que monocromático e monocórdico, onde qualquer opinião divergente toma grau de afronta ao status quo imposto pela “*vanguardia revolucionária*”.

O reconhecimento de um inimigo generalizado ou reduzido a uma caricatura; a busca por uma unidade identitária através de um alegado “*sofrimento coletivo*” em busca de uma redenção; a proposta de uma sociedade “*reeducada*”, docilizada, segundo os critérios e valores inerentes ao movimento em questão; o uso da violência como mecanismo pretensamente legítimo de autopreservação identitária e ideológica; forte apelo midiático; o uso de uma linguagem semiótica totalizante e específica; a declaração de falência do Estado vigente e a necessidade de substituí-lo por outro, mais forte e atuante, comandado por um grupo de “*grandes líderes*”; a divisão dicotômica (*nós X eles*), são elementos que caracterizam a busca pela erupção das cismogêneses condicionantes para que estes grupos radicais se apresentem como a única resposta viável àquilo que consideram pernicioso.

Neste arranjo ideal defendido por estes identitaristas radicais contemporâneos está calcado fortemente na proposta de limpeza social, nada muito distante do conceito de “*pureza racial*” defendida pela pseudociência dos totalitarismos precedentes. Nesta limpeza social cabem todas as nêmesis possíveis, cuja destruição ou subjugação é a meta.

Esta nova sociedade, tomada como ideal por cada um destes grupos em particular, jamais preconiza a inclusão em um coletivo mais amplo, multifacetado e capaz de lidar com suas contradições internas, mas uma estrutura verticalizada, onde suas demandas, sua política, suas representações de mundo e sua identidade são o ápice, sob o qual todo o restante deve se sujeitar ou perecer.

Dito de outra maneira, ao contrário das propostas inclusivas, o identitarismo radical sobrevive calcado em um sentimento revanchista e exclusivista, incapaz de romper com os mecanismos de opressão que ele próprio reconhece em seu “*inimigo declarado*”. Antes, destes mecanismos se apoderando, invertendo de maneira simplista a posição entre algoz e vítima; entre o torturador e o torturado, fomentando

ideais são os únicos corretos e capazes de salvar a sua Nação ou Estado do seu atual estado de ruína e que é legítimo o recurso à força e à violência para imporem a sua vontade e ideologia. (...)

Este tipo de ideologia pressupõe, regra geral, uma completa reorganização e transformação quer do aparelho estatal, quer da própria sociedade, subjugando-as de forma total ao modelo ideológico em causa. Esta transformação pode materializar-se em diversas formas no seu estado final, tais como um partido político, um grupo terrorista, uma milícia armada, entre outros. (...) Por norma existe também a criação de um aparelho policial repressivo que acaba por ser igualmente utilizado para vigiar a população e garantir que a mesma segue os ideais do grupo. Para tal, para além de serem criados departamentos de segurança interna cujo objetivo é somente controlar e eliminar indivíduos percebidos como indesejáveis, é igualmente criado um sistema de denúncia, através dos quais os cidadãos podem denunciar os seus iguais devido a quaisquer comportamentos desviantes.” (ROLO DE MIRANDA, 2022, pp. 05 e 22)



uma eterna luta em que a única regra é o “*olho por olho e dente por dente*” e onde todos, invariavelmente, terminam suas vidas cegos e desdentados.

7 CONCLUSÕES

Tal como os movimentos totalitários que sacudiram o mundo ao longo de todo o século XX, os movimentos identitários radicais que surgem no primeiro quarto do século XIX aplicam táticas de separação da sociedade em diversos pequenos grupos conflitantes para, em seguida, surgirem como os únicos capazes de apresentar respostas ao estado de anomia instalado.

Há que se dar atenção central ao fator psicológico inerente ao público ouvinte deste discurso identitário radical. A exemplo do que se verificou durante o Século XX, os seguidores destes novos movimentos de caráter messiânico, baseados no identitarismo radicalizado, procuram arrebanhar seguidores entre pessoas fragilizadas, marginalizadas ou suscetíveis a algum tipo de perigo. Caso tal grupo não tenha volume suficiente, os defensores da agenda identitária radical procuram, pois, produzir sensações de inferioridade, marginalização ou exclusão. A tática consiste em apresentar a estas pessoas que há um inimigo em comum, causador de seu infortúnio coletivo e individual.

Sua técnica consiste em promover rachaduras cismogênicas entre grupos aparentemente divergentes: brancos contra negros; mulheres contra homens; heterossexuais contra homossexuais; trabalhadores contra empresários; norte contra sul; leste contra oeste.

Por fim, apelam para táticas de desconstrutivismo simbólico – social, político e econômico – a partir da propaganda ideológica disseminada em peças teatrais; produções cinematográficas; obras de arte; representações simbólicas; livros; revistas; panfletos; com o intuito de arrebanhar, sob sua proposta de “*mundo novo*” o maior número de adeptos e seguidores.

A finalidade destas ações coordenadas é, em última instância, demonstrar que os nós que sustentam o tecido social coeso estão esgarçados e já não atendem mais às suas finalidades. Ao atacar as instituições vigentes, alegando que elas precisam ruir para dar lugar a novos modelos estruturais, tais movimentos afirmam que seus estatutos e propostas são as únicas saídas válidas para uma sociedade que precisa ser “*salva*” de si mesma e de algozes, mesmo que estes algozes sejam apenas moinhos de vento fictícios ou falsas Bastilhas a serem derrubadas.

Tanto entre os movimentos totalitários do passado (jacobinos, bolcheviques, fascistas e nazistas) quanto entre os defensores do radicalismo identitário, encontram-se as mesmas metas: tomar o poder e moldar a sociedade de acordo com seus princípios, sem considerar que há uma miríade de planos, visões de mundo, conceitos e vivências em jogo. Para suas percepções estreitas há apenas a formação de a sociedade una, como um amálgama, um monolito, destinado a alguma grandeza que será construída pelo grupo que governa, a elite moral, a vanguarda revolucionária, os puros, os eleitos, os condutores, os líderes.



Outro problema – este de caráter individual – é que cada ser humano, em maior ou menor grau, carrega em si a imaginação de ser capaz de apresentar a melhor proposta para a construção de uma sociedade mais justa, bela, eficiente, moralmente equilibrada, virtuosa e feliz. Em outras palavras, em alguma medida, todos os seres humanos carregam em si os princípios do totalitarismo. Seu afloramento depende, enfim, das condições que a vida apresenta e como esta realidade é interpretada pelo próprio sujeito. O “*outro*”, por assim dizer, pode ser ou não um inimigo, dependendo do quão satisfeitas estiverem as condições materiais, morais, afetivas e mesmo hedonistas do observador.

Da mesma maneira, há que se reconhecer que quanto mais amplo for o espaço sobre o qual é lançado o apelo ao identitarismo – seja qual for sua natureza – mais superficial, aparente e artificial ele será. Há uma enorme diferença entre a percepção de identidade existente entre os moradores de um mesmo bairro ou frequentadores de um dado ambiente do que entre os cidadãos de um mesmo país, a despeito de haver símbolos nacionais, idioma ou traços culturais em comum. Proclamar afinidades, portanto, depende muito mais das condições e eventos em curso do que uma estrutura propriamente existente.

Conclui-se, pois, que não há uma receita específica para que os grupos sociais fujam definitivamente destas armadilhas, que conduzem mais à escravidão do que à liberdade, senão o entendimento irrestrito de que a diversidade é a melhor forma de viver e deixar viver e de que as potencialidades de uns complementam as falhas dos demais, em um eterno concerto onde todos podem colaborar com todos em alguma medida. Superar mesquinharias, egoísmos, ganâncias particulares, faz parte do aprendizado – de cada um em particular e da sociedade em geral – e isso jamais encontrará resposta através da força.

O entrechoque de ideias sempre foi e sempre será o grande motor de todos os grupos sociais. Neste caso, a cismogênese é uma excelente ferramenta para que as pessoas aprendam a conviver com ideias e estilos de vida diferentes do seu.



REFERÊNCIAS

AMORIM, André R. – Os Desafios da União Europeia em Matéria de Proteção aos Refugiados – Revista de Direito Brasileira, vol.: 28, no. 11, Florianópolis – SC, pp. 259 – 273, 2021 – disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/download/4595/5378/21724> - acessado em 01 de março de 2025;

ARENDT, Hannah – *Origens do Totalitarismo* – Trad.: Roberto Raposo, Editora Companhia das Letras, São Paulo – SP, 2013 – versão eletrônica – disponível em <https://alegre.ifes.edu.br/images/stories/Arquivos/Ifes-em-casa/historia/Renata-Alves/Origens-do-Totalitarismo-Hannah-Arendt.pdf> - acessado em 27 de janeiro de 2025;

BATESON, Gregory – *Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas da cultura, de uma tribo da Nova Guiné* – Trad.: Magda Lopes, 2ª Edição, EdUSP – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2006

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas – *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento* – Trad.: Floriano de Souza Fernandes, Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 2004

BOLDT, Raphael e KROHLING, Aloísio – *Entre Cidadãos e Inimigos: o discurso midiático e a expansão do direito penal como instrumentos de consolidação da subcidadania* – Revista Mestrado em Direito, Ano 10, no. 01, Osasco – SP, pp. 241 – 261 – disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Hum-Fund_v.10_n.01.10.pdf - acessado em 27 de janeiro de 2025

BOLSANELLO, Maria A. – *Darwinismo Social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras* – Revista Educar, no. 12, Editora da UFPR, Curitiba – PR, pp. 153 – 165, disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZtNDyt/?format=pdf&lang=pt> – acessado em 28 de janeiro de 2025;

CAMPOS, Carmen H.; MACHADO, Lia Z. et all – *Cultura do Estupro ou Cultura Antiestupro?* – Revista Direito GV, Vol. 13, no. 03 (setembro – dezembro), pp. 981 – 1006, São Paulo – SP – disponível em <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FCxmMqMmws3rnnLTJFP9xzR/?format=pdf&lang=pt> – acessado em 30 de janeiro de 2025;

CARON, Giuseppe R. – *Discursos de Benito Mussolini: permanências e mudanças (1919 – 1922)* – Dissertação de Mestrado – Orientador: Dr. Antônio Pedro Tota, PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP, 2015 – disponível em <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12876/1/Giuseppe%20Rafael%20Caron.pdf> – acessado em 01 de fevereiro de 2025;

DOUGLAS, Mary – *Pureza e Perigo* – Introdução e Capítulo: Abominações do Levítico – Edições 70, Lisboa, 1991;

DURKHEIM, Émile – *As Regras do Método Sociológico* – Trad.: Paulo Neves, 3ª Edição, Editora Martins Fontes, São Paulo – SP, 2007



LACERDA, Ticiano C. E. – *Tradução do Discurso Contra os Sofistas de Isócrates* – Rónai Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, Vol. 06, nº 02, pp. 68 – 79, UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, 2018;

LÉVI-STRAUSS, C. – *Análise Estrutural em Linguística e Antropologia*. In: Antropologia Estrutural. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro - RJ, 2003;

LUCATE, Felipe H. – *O Contrato Social em Hobbes e a Permuta da Liberdade Natural pela Segurança do Estado Civil* – Revista Filogênese, Volume 08, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Marília – SP, pp. 43 – 50, 2015 – disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/4_felipelucate.pdf - acesso em 26 de janeiro de 2025

LUZ, Enrique – *O Eterno Judeu – antissemitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda política nacional-socialista 1919 - 1945* (dissertação de Mestrado) – Orientador: Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2006 – disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6WXRK/1/luz__enrique._o_eterno_judeu._disserta__o._hist_ria_fafich.pdf - acesso em 28 de janeiro de 2025;

MALCOM X – *O Voto ou a Bala* – discurso proferido em 1964, PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), São Paulo – SP, 2020 – disponível em <https://www.pstu.org.br/o-voto-ou-a-bala-relembre-o-discurso-de-malcolm-x/> - acessado em 29 de janeiro de 2025;

MARIANTE, Maria A. P. – *A Ordem da Língua: um estudo sobre gramática e ensino da língua* (tese de Doutorado) – Orientadora: Dra. Norma Regina Marzola – UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2008 – disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15344/000672564.pdf> - acessado em 01 de fevereiro de 2025;

MENDES, Eliana A. de M. – *Emoção e Falácias: o discurso retórico de Adolf Hitler* - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, nº.4, p. 24-34, Ilhéus - BA, 2013 – disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/download/418/425/> - acesso em 07 de fevereiro de 2025;

MUSSOLINI, Benito A. A. e GENTILE, G. – *A Doutrina do Fascismo* – disponível em <https://ia801806.us.archive.org/26/items/1932-a-doutrina-do-fascismo/1932%20-%20A%20Doutrina%20do%20Fascismo.pdf> – acesso em 07 de fevereiro de 2025

ORWELL, George – *1984* – Trad.: Marcelo Barbão, Editora Paulus, São Paulo – SP, 2023;

PRADO, Ediano D. – *Platão e o Governo dos Sábios: conhecimento e política na formação da sociedade ideal* – Revista Faculdades do Saber, UniMogi – Mogi Guaçu – SP, pp. 502 – 517, 2019 – disponível em <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/78> - acesso em 26 de janeiro de 2025

ROUSSEAU, Jean J. – *Do Contrato Social* – Trad.: Rolando Roque da Silva, Ed. Riendo Castingat Mores (versão eletrônica), 2002 – disponível em https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_rousseau_contrato_social.pdf - acesso em 26.janeiro.2025 – acessado em 26 de janeiro de 2025

ROLO DE MIRANDA, Tatiana S. – *Extremismos em Crescimento na Europa e em Portugal: um breve estudo sobre o extremismo islâmico e a extrema-direita* (dissertação de Mestrado) – Orientador: Dr. José



Fontes, Nova School of Law, Lisboa, 2022 – disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/150506/1/Miranda_2022.pdf - acessado em 30 de janeiro de 2025;

SALOMÃO, Laís M. - *Neuroplasticidade: uma abordagem neurocientífica do cérebro em transformação* (monografia) – Orientadora: Prof^a Dra. Carolina Demarchi Munhoz, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2021 – disponível em <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/87cab12f-ab67-4528-b22d-eb4265f1e8e3/3070039.pdf> - acesso em 07 de fevereiro de 2025;

TURNER, Victor – *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura* – Trad.: Nancy Campi de Castro, Coleção Antropologia, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 1974;

VIDAL DE SOUZA, José F. – *Os Slogans Políticos na Atualidade Sob o Olhar de Sócrates e dos Sofistas* – Revista Paradigma, n.º. 18, pp. 13 – 29, UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto – SP, 2009

WAINBERG, Jacques A. – *O Fracasso do Multiculturalismo e a Crise das Identidades* – Revista Contemporânea Comunicação e Cultura, Vol. 18, no. 02 (mai-ago), pp. 47 – 62, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2020